

A CONQUISTA ROMANA DA *HISPANIA CITERIOR*: UM MODELO TEÓRICO A PARTIR DA ARQUEOLOGIA

Cesar Carreras¹

Laia Catarineu²

Esther Rodrigo³

Núria Romaní⁴

Joaquim Pera⁵

Resumo

A conquista romana da Península Ibérica, e mais precisamente do território que viria a ser a província da Hispânia Citerior, tem suscitado um interesse particular nos últimos anos. Intervenções arqueológicas preencheram uma lacuna no conhecimento da atividade militar dos séculos II-I a.C., que basicamente só era conhecida através de fontes antigas. Graças ao trabalho contínuo de várias equipas de investigação, temos atualmente um panorama completamente diferente. Nestas novas investigações sobre o primeiro século da conquista romana da Península, o século II a.C., que há poucas décadas era um período completamente desconhecido, surge como um período crucial para propor novas hipóteses sobre o modelo romano de conquista deste território do norte peninsular. Este modelo de conquista foi seguramente aplicado, com algumas nuances, aos outros territórios que viriam a constituir o futuro Império Romano.

Palavras-chave

Conquista romana; Península Ibérica; abastecimento; castelos; torres; acampamentos militares.

¹ Professor titular – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: cesar.carreras@uab.cat.

² Doutora em Arqueologia Clássica – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: laia.catarineu@uab.cat.

³ Professora-Leitora Serra-Hunter de Arqueología Clásica – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: esther.rodrigo@uab.cat.

⁴ Professora-Leitora Serra-Hunter de Arqueología Clásica – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: nuria.romani@uab.cat.

⁵ Professor titular – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. E-mail: joaquim.pera@uab.cat.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

Resumen

La conquista romana de la Península Ibérica, y concretamente el territorio que se convertirá en la provincia de la Hispania Citerior ha cobrado especial un interés destacado en los últimos años. A partir de las intervenciones arqueológicas se ha completado un vacío en el conocimiento de la actividad militar de los siglos II-I a.C. sólo conocido básicamente a partir de las fuentes antiguas. Gracias al continuado trabajo de distintos equipos de investigación, hoy en día disponemos de un panorama completamente diferente. En estas nuevas investigaciones del primer siglo de la conquista romana de la Península, el siglo II a.C., que hasta hace unas décadas era un período completamente desconocido, se erige como un periodo crucial para proponer nuevas hipótesis sobre el modelo romano de conquista de este territorio del norte peninsular. Este modelo de conquista seguramente fue aplicado, con algunos matices, en los otros territorios que compondrán el futuro Imperio Romano.

Palabras clave

Conquista romana; Península Ibérica; aprovisionamiento; castella; torres; campamentos militares.

Introdução

A conquista romana da Península Ibérica, e mais especificamente da província da *Hispania Citerior*, ganhou um interesse especial nos últimos anos, graças ao trabalho arqueológico contínuo de diferentes equipes de investigação. Nestas novas investigações, o primeiro século da conquista romana da Península, o século II a.C., que há algumas décadas era completamente desconhecido, surgiu como um período crucial para propor novas hipóteses sobre o modelo romano de conquista deste território no norte da Península Ibérica.

Vários pesquisadores tentaram definir os mecanismos que o Estado romano pôs em prática para completar a conquista das províncias hispânicas após dois séculos (Cadiou, 2008). Foi um processo muito longo, que por si só sugere numerosas complicações de natureza militar, bem como mudanças nas prioridades e iniciativas. Sem dúvida, a conquista da Hispânia foi uma experiência para Roma em como conquistar um vasto território distante com os limitados meios militares e logísticos à sua disposição, enquanto mantinha ativos outros conflitos no resto do Mediterrâneo. Roma provavelmente não tinha um plano de ação preestabelecido, mas adaptou a sua estratégia às diferentes circunstâncias e períodos, que terminaram com o controle e pacificação da Península Ibérica (Richardson, 1986: 95-125). No entanto, a existência de planos em espaços e tempos limitados pode ser detectada, como se observa em alguns programas fundacionais no nordeste da *Hispania Citerior*⁶. Cabe lembrar que a Hispânia foi o primeiro grande território conquistado por Roma fora da Itália, com exceção das ilhas Tirrenas (Sicília, Córsega, Sardenha), como resultado da vitória sobre Cartago na Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.). A Hispânia foi, portanto, o primeiro território distante onde foram postos em prática diferentes modelos de ocupação e dominação, que foram posteriormente aplicados a outros territórios. Estes modelos partiam de uma fase inicial de ocupação militar, estruturando o território através de estradas e guarnições, estabelecendo populações através da construção de cidades, explorando recursos chave (p.ex. metal, excedentes agrícolas) e cobrando impostos.

As fontes literárias para este período e território são escassas, e concentram-se no final da Segunda Guerra Púnica no território peninsular (202 a.C.) até as primeiras décadas do século I a.C., embora na área

⁶O aparecimento de conjuntos de assentamentos com tipologias ou características semelhantes em momentos e locais específicos aponta para a possibilidade de iniciativas de construção organizadas, embora o seu alcance geográfico seja relativamente limitado (Catarineu, 2022: 768).

peninsular do NE sejam especialmente limitadas em comparação com a descrição extensiva das Guerras Celtibéricas da Meseta e do vale do Ebro (Schulten; Wulff, 2004). No entanto, escavações recentes forneceram novos dados, que alteram substancialmente o quadro das primeiras fases de conquista da Hispânia. Apesar das novas evidências, os pesquisadores do exército republicano romano destacam a necessidade peremptória de estabelecer tipologias de sítios tardo-republicanos na Península Ibérica para facilitar a interpretação (Moret, 2004: 13-29; Cadiou, 2015: 231-243; Dobson, 2008; Reddé, 2008: 61-71; Noguera et al, 2014; Morillo, 2016: 1-51). Esta análise é particularmente relevante no momento em que a investigação arqueológica está documentando novos e diversos sítios, que estão lentamente materializando a presença romana no território desde inícios do século II a.C., tanto na zona costeira como no interior. Estes locais não só mostram uma natureza militar inequívoca, como os acampamentos (*castra aestiva*), fortés, *castella* ou guarnições, mas também outras tipologias romano-republicanas que mostram um claro caráter itálico diferente da tradição ibérica e celtibérica. Esta segunda categoria de sítios incluiria estabelecimentos de caráter logístico, econômico ou centros administrativos.

De acordo com esta evidência arqueológica, o processo de conquista de novos territórios não foi apenas de natureza militar, mas envolveu uma rede de pequenos sítios que desempenharam um papel estratégico como pontos de controle de caminhos, juntamente com uma estreita rede de colaboração com assentamentos indígenas. Estas pequenas povoações poderiam ser de caráter itálico com tropas auxiliares, ou pequenos contingentes destinados a *oppida* ibérica ou celtibérica que gradualmente se tornariam os *civitates* da *Hispania Citerior*. Esta foi uma conquista "capilar" organizada com base em uma rede muito básica de vias de comunicação para assegurar o avanço das tropas para o interior, que acabariam por constituir as futuras estradas romanas. O controle destes corredores de comunicação entre a costa e o interior seria a chave logística para a conquista do território celtibérico (ver figura 1). Embora a maioria dos pesquisadores concorde que o exército romano desempenhou o papel principal no processo de conquista, existem discrepâncias acerca das suas características e da natureza da sua ocupação, que de alguma maneira são visíveis através da arqueologia. Uma das últimas propostas (Noguera et al, 2014: 177-207), que retoma a perspectiva de Cadiou (2008), distingue diferentes fases da ocupação militar do NE da *Hispania Citerior*: uma primeira fase de 225-175 a.C. que se caracteriza pela Guerra Púnica e a subsequente repressão dos povos indígenas; uma segunda fase de 175-125 a.C. de pouca atividade militar ou "invisibilidade militar"; uma terceira

fase de 125-75 a.C. que incorpora as Guerras Cimbria e a Revolta de Sertório; e uma fase final, as Guerras Civis de 50-25 a.C..

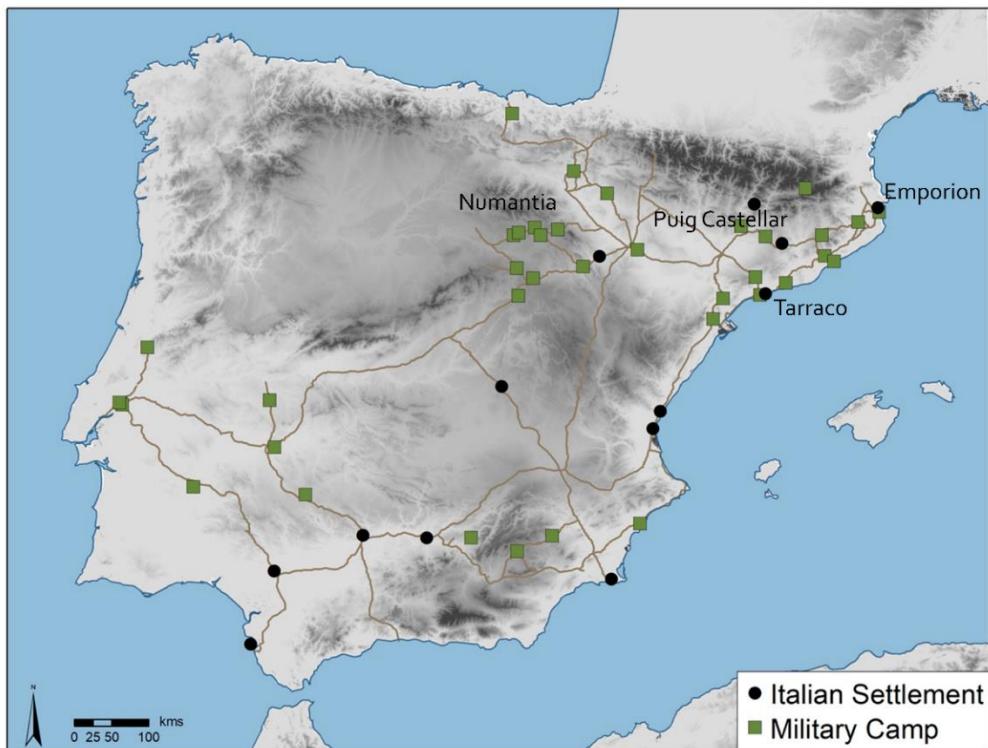


Figura 1: Assentamentos itálicos e Castrejos da Península Ibérica no século II a.C. (PC)

Portanto, segundo estes pesquisadores, estão documentados 3 períodos de "estresse bélico", e um de relativa tranquilidade porque o cenário de guerra na *Hispania Citerior* desloca-se cerca de 400-500 km para o oeste do setor NE da Península. É impressionante que o período de 175-125 a.C., que é definido como um período de "invisibilidade militar", concentre hoje a datação da maioria dos novos assentamentos militares no NE da *Hispania Citerior*, e que ao nível do conflito inclua o período das Guerras Celtibéricas (154-133 a.C.), em que o NE desempenhou um papel ativo no aprovisionamento e logística das legiões que combatiam no centro da Meseta.

Deve-se ter em conta que, durante o período das Guerras Celtibéricas, as tropas romanas lutaram exclusivamente na primavera e no verão na Meseta, passando geralmente os invernos em acampamentos militares costeiros (*castra hiberna*) como o *Tarraco* ou o *Emporion*. De fato, Apiano descreve a situação entre 181 e 133 a.C. no NE da *Hispania Citerior* como sendo marcada por um fluxo constante de tropas para o vale do Ebro e para os vários territórios das tribos celtibéricas que lutavam contra Roma.

Toda uma série de conflitos bélicos contínuos culminou na Terceira Guerra Celtibérica ou Guerra Numantina (143-133 a.C.) (Apiano, *Iberia*: 42-55). Consequentemente, todo o território peninsular do NE formava parte da retaguarda durante as Guerras Celtibéricas, e certamente da linha da frente durante os meses de inverno, quando as tropas legionárias descansaram na *castra hibernia* da costa. Neste sentido, toda os *castella*, *praesidia* e torres construídas entre a costa mediterrânea e o cenário de operações no território de Vacceo e Arevaco constituíram os limites ocidentais do domínio romano na província *Citerior*.

Após a derrota de *Numantia* frente a Cipião Emiliano em 133 a.C., parece que a maior parte do território da Meseta ficou sob controle romano completo, e todos estes estabelecimentos militares menores perderam a sua função inicial e desapareceram paulatinamente. Um dos exemplos da mudança de estratégia por parte das autoridades romanas no final do século II a.C. é o caso de Puig Castellar (Biosca) (Pera et al, 2019), que foi abandonado de forma ordenada por volta de 120 a.C., e imediatamente a cidade romana de *Lesso* (*Guissona*) foi fundada entre 120/110 a.C., a apenas 5 km de distância do anterior estabelecimento militar.

Um dos problemas básicos deste período é que as fontes clássicas são muito precisas sobre as batalhas e cercos romanos contra as tribos celtibéricas, mas não especificam a sua forma de controle do território, que é reconhecida exclusivamente a partir da arqueologia⁷. Embora em nível arqueológico haja cada vez mais informação disponível, e se torna fácil definir tipologias de sítios arqueológicos (Catarineu, 2022) e mesmo estabelecer a sua função hipotética, ainda existam problemas de natureza cronológica.

A maioria dos sítios itálicos da *Citerior* apresentam uma cultura material mista durante o século II a.C., cerca de 50% constituídos por cerâmica de tradição indígena (ibéricas pintadas, ânforas, cerâmicas comuns), e o resto de procedência itálica púnica e uma minoria helenística. Na maioria dos casos, as vasilhas de vidro negro (produções campanienses A e B) têm sido os únicos elementos de datação, com formas que têm uma vasta gama cronológica (Pera et al, 2019). Em tempos recentes, outros materiais, tais como ânforas, incluindo selos, permitiram fixar melhor algumas datações, complementando a vasilha fina, como no caso do Can Tacó (Rodrigo et al,

⁷A diversidade terminológica leva à falta de coerência e uniformidade. Por esta razão, foram detectadas confusões terminológicas e problemas de identificação arqueológica com as categorias canônicas mencionadas e descritas em fontes clássicas (Morillo, 2016: 10; Catarineu, 2022: 583).

2013). A presença e ausência de certos materiais em horizontes bem datados de sítios arqueológicos costeiros como Empúries ou Tarraco (García, 2013), deverá permitir no futuro uma melhor datação na qual poderão ser incluídas outras produções cerâmicas.

Tipologias de sítios arqueológicos

Recentemente, e graças ao aumento das escavações arqueológicas e ao maior volume de dados, foi possível fazer uma primeira aproximação tipológica e funcional dos sítios. Uma das autoras deste trabalho desenvolveu uma proposta, na sua tese de doutorado, baseada no estudo de um extenso catálogo de sítios localizados na Catalunha atual e no vale médio do Ebro no período republicano⁸ (Catarineu, 2022). Através de uma nova perspectiva e da integração dos dados de forma conjunta, proporciona uma visão unificada das características dos sítios vinculados ao mundo militar romano. Abre também o caminho para determinar novos modelos e padrões de assentamento na ocupação do território, o que permite observar a variedade de estratégias de controle empregadas por Roma no período republicano.

Na bibliografia, podemos ver como alguns pesquisadores consideraram que os assentamentos itálicos localizados em terras altas obedecem majoritariamente a um caráter e função militares. Não obstante, foi observado que podem ter outros fins que não estritamente militares, gerando a existência de uma grande variedade tipológica (Catarineu, 2022: 582). Uma parte significativa deles não se encaixa estritamente nos modelos conhecidos da arquitetura militar romana, descritos nas fontes clássicas, mas têm as suas particularidades. No entanto, há numerosos elementos comuns em alguns casos: a identificação de um edifício principal com elementos construtivos e decorativos de tipo itálico, a tipologia do sistema defensivo, a presença de elementos de *militaria*, ou em

⁸ Obra inscrita no nordeste da península, no vale do médio Ebro e na Catalunha, entre a Segunda Guerra Púnica e o fim das Guerras Sertorianas (218-72 a.C.).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

geral, a existência e ocupação limitadas (Catarineu, 2022: 582-583).

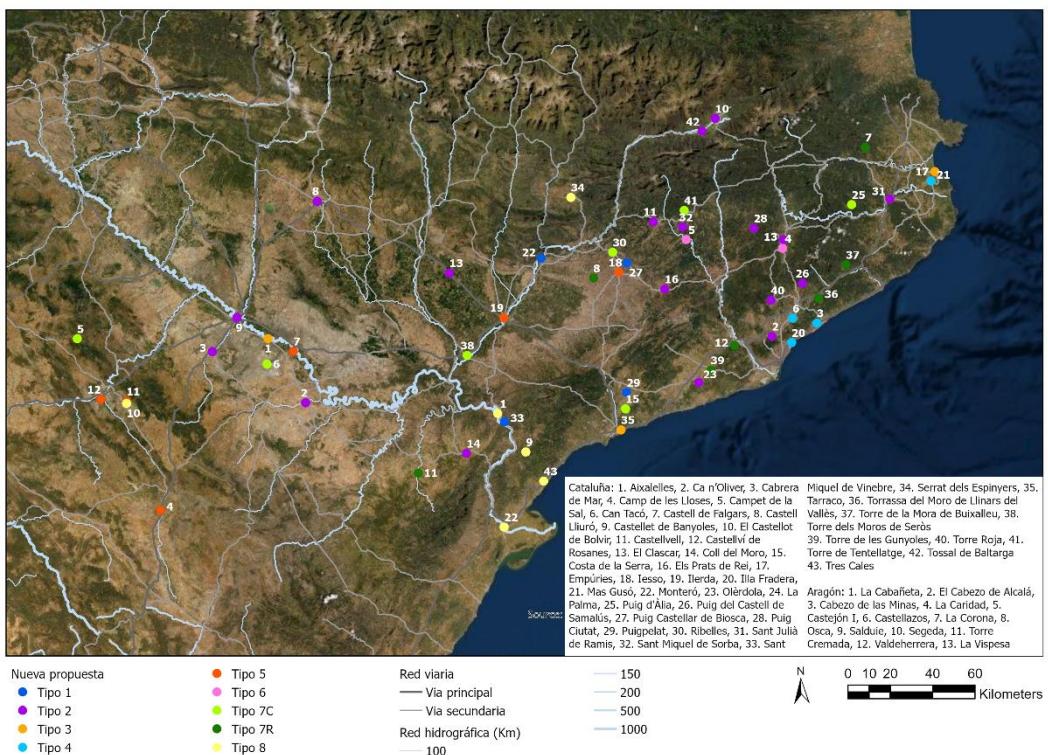


Figura 02: Assentamentos itálicos do século II a.C. no NE e vale médio do rio Ebro. (Catarineu, 2022).

A seguir, delineamos um total de oito tipologias baseadas na funcionalidade que acreditamos representar a grande variedade de formas em que o exército romano foi estabelecido na *Hispania Citerior*.

Fortalezas tardo-republicanas ou centros de controle estratégico

Foi identificada uma série de assentamentos de fundação nova a partir do segundo quartel do século II a.C., com fortes estruturas defensivas e claras evidências militares, tanto em termos arquitetônicos como em termos armamentísticos. Estão localizados em locais elevados e facilmente defensáveis de cerca de 1-2 hectares. As estruturas identificadas nos seus interiores seguem geralmente o padrão métrico itálico, assim como as técnicas construtivas e decorativas. Também é digno de nota a descoberta de elementos de *militaría*, ou seja, armas e objetos ligados ao exército, e grandes quantidades de material de importação itálica (Principal et al, 2015).

Estes núcleos eram centros estratégicos destinados a controlar o território e a organização da ocupação e romanização do território desde o início. Todos eles foram interpretados como *castella*⁹ ou *principia* na bibliografia anterior. O registo arqueológico e os dados observados permitem identificar estes assentamentos como fortes republicanos tardios (Catarineu, 2022: 588-589). Alguns deles são Puig Castellar (Biosca) (Pera et al, 2019) Monteró (Camarasa) (Principal et al, 2015) Puigpelat (Díaz, 2013) ou Sant Miquel de Vinebre (Vinebre) (Genera, 1994).

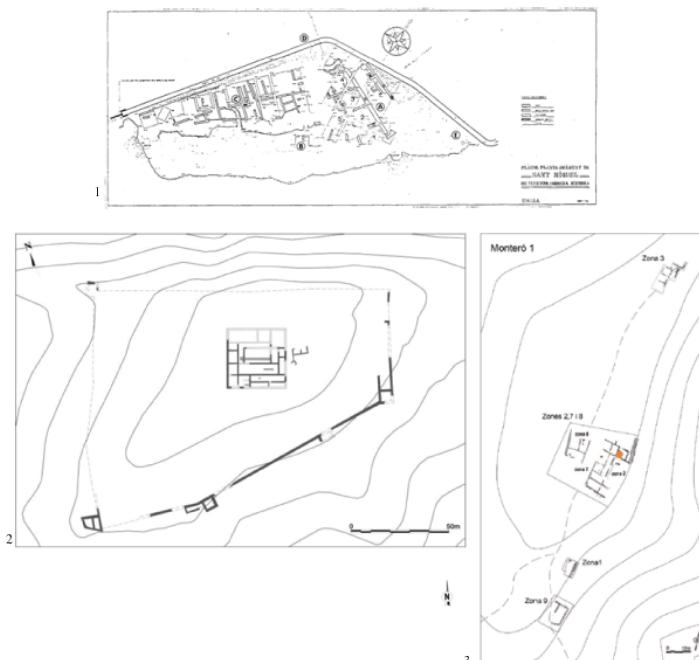


Figura 03: Plantas arqueológicas dos assentamentos identificados como fortes tardorepublicanos. 1. Sant Miquel de Vinebre (Genera, 1994: 47); 2. Puig Castellar de Biosca (Pera et al, 2019: 184); 3. Monteró 1 (Principal et al, 2015: 312).

Oppida reforçados

Por outro lado, observou-se que vários *oppida* ibéricos sofreram modificações importantes ao longo do século II a.C. Estas foram principalmente obras de remodelação relacionadas com o sistema defensivo e/ou a incorporação de técnicas de construção itálica,

⁹ "Não é por acaso que os *castella* tomam o seu nome como um diminutivo de *castra*. Os soldados de infantaria e cavalaria que ali estão estacionados para patrulhar asseguram o trânsito das caravanas no campo aberto. O inimigo dificilmente ousa entrar num lugar onde sabe que há inimigos colocados à frente e atrás" (Veg.Mil. III.8). Na literatura, *castella* são designados como postos avançados ou guarnições fortificadas de pequenas dimensões, que abrigam um manancial, coorte ou turma (Dobson, 2008: 28).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

juntamente com novas construções. Além disso, foram reforçados nesta fase inicial da ocupação romana. Gradualmente, estes núcleos indígenas incorporaram elementos itálicos no seu urbanismo, nas suas habitações ou no seu sistema defensivo, e aumenta de maneira considerável a porcentagem de elementos o mobiliário de importação itálica. Embora as principais reformas estivessem relacionadas com o sistema defensivo, em alguns casos foram também construídos novos edifícios, na sua maioria numa posição central. Todas estas alterações são caracterizadas pela utilização do sistema métrico itálico, bem como *opera* tipicamente itálicas ou de inspiração itálica.

Estas reformas podem ser ligadas à adaptação da colonização às necessidades do exército, aos reajustes envolvidos na colonização de um grupo de tropas, com as funções *de hospitium militare*. O fardo económico que a instalação e manutenção das tropas dentro do seu próprio *oppidum* deve ter adquirido significado importante para os indígenas¹⁰. Numerosos sítios foram identificados como *oppida* reforçados, alguns deles são: Burriac (Cabrera de Mar), El Castellot (Bolvir), Coll del Moro (Gandesa), Olèrdola (Sant Miquel d'Olèrdola), Puig del Castell (Cànoves e Samalús), Sant Julià de Ramis, Sant Miquel de Sorba (Montmajor), Castellet de Banyoles (Tivissa), Cabezo de las Minas (Botorrita), *Osca* (Huesca) ou el Cabezo de Alcalá (Azaila) (Catarineu, 2022: 595-596).

¹⁰As redes de abastecimento e controle nem sempre podiam ser garantidas pelos soldados romanos, de modo que foi necessário em certos pontos contar com o apoio da população indígena local, controlada por um possível *praesidium* ou posto de comando no seu *oppidum* (Dobson, 2008: 25-30).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

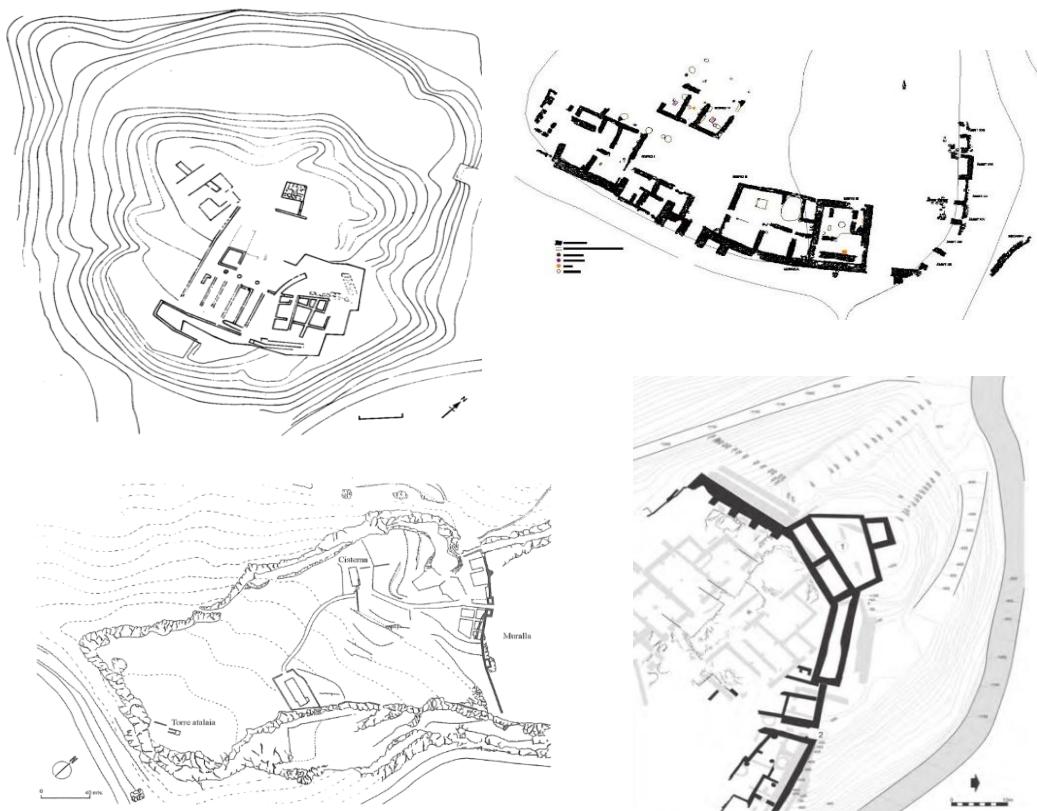


Figura 04: De cima à esquerda para baixo à direita: Planta do Cabezo de las Minas, Botorrita. (Beltrán Martínez, 1992: 58); Planta do Castellot de Bolvir (Morera; Oller, 2015: 37); Planta do conjunto arqueológico de Olèrdola (Álvarez et al, 1991); Planta do setor norte de Sant Julià de Ramis (Palahí, 2013: 74).

Recintos de acampamentos que se converteram em importantes núcleos urbanos com destacados portos

Uma série de núcleos romanos foram identificados com clara função militar na sua origem, que se converteram em importantes centros administrativos e urbanos a partir da segunda metade do século II a.C. ou por volta da virada do século II para o século I a.C.; estão geralmente localizados na costa. Estes núcleos foram estabelecidos em locais-chave e proeminentes, alguns deles desempenhariam um papel de liderança no processo de ocupação romana da *Hispania*, quer no decurso da Segunda Guerra Púnica, das revoltas indígenas ou durante as guerras celtibéricas, para mais tarde se tornarem grandes *urbes* do nordeste da *Citerior*. Este é o caso de *Emporion* (Sant Martí d'Empúries), *Tarraco* (Tarragona) e *La Cabañeta* (El Burgo de Ebro). São claramente assentamentos de filiação romana com uma fundação militar precoce que têm o papel de importantes centros operacionais, e foram utilizados como postos de penetração para todo o território peninsular (Catarineu, 2022: 600).

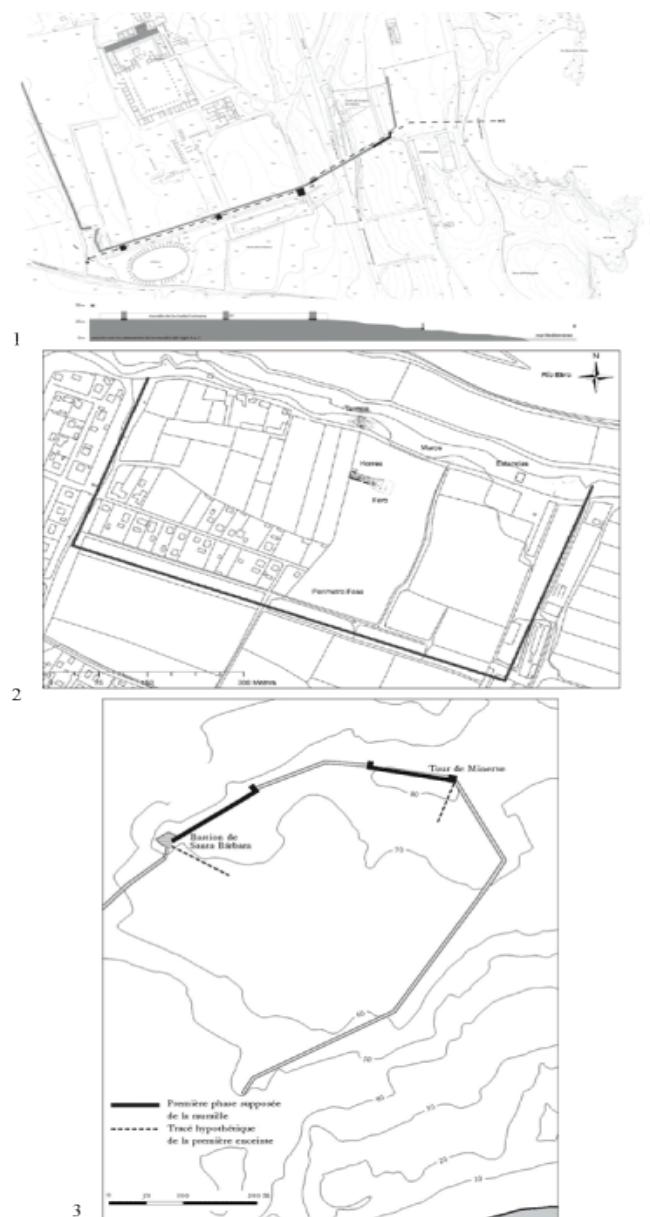


Figura 05: Plantas arqueológicas dos assentamentos identificados como núcleos urbanos de fundação militar. 1. Empúries (Tremoleda et al, 2016: 61), 2. La Cabañeta (Mínguez, 2014: 1680), 3. Recinto primitivo de Tarraco (Cadiou, 2008: 330).

Centros administrativos

Outro grupo que pode ser observado é constituído por uma série de núcleos *ex novo* ou *ex nihilo* que se destacam claramente em um panorama ibérico tardio, mas que carecem de uma presença militar romana verificável, tais como a imposição de sistemas defensivos ou numerosos elementos de *militaria*. Caracterizam-se por uma clara falta de sistemas defensivos e pela sua localização perto da via *Heraclea* e da costa. Têm

elementos arquitetônicos e materiais tipicamente itálicos e uma solidez e qualidade de construção que sugere que pode ter havido um desejo de permanência.

Acreditamos que as suas funções foram além do estritamente militar e que devem ter estado ligadas à administração, controle e organização do novo território conquistado. Provavelmente também incluiriam a presença de algum personagem relacionado ao exército, como seria o caso de Can Tacó (Montmeló) ou *Ilturo* (Cabrera de Mar). É possível que funções ideológicas também possam ser associadas a elas, ou seja, incorporariam elementos de prestígio e estruturas estrangeiras que demonstrariam o poder da nova autoridade (Catarineu, 2022: 604).



Figura 06: Plantas arqueológicas dos assentamentos identificados como centros administrativos. 1. Can Tacó (Rodrigo et al., 2013: 220), 2. Illa Fradera (Antequera; Vázquez, 2010: planta 12), 3. Mas Gusó (Casas et al., 2015: 248), 4. Ca l'Arnau, Cabrera de Mar (Martín Menéndez, 2004: 376).

Fundações urbanas em planícies

A partir do terceiro terço do século II a.C., e coincidindo com a queda da Numancia, na zona do vale médio do Ebro, surgiu uma série de aglomerados urbanos com características inovadoras, como seria o caso de La Caridad (Caminreal), La Corona (Fuentes de Ebro), Segeda II (Durón de Belmonte) e Valdeherrera (Calatayud). Parecem ser fundações urbanas impulsionadas ou promovidas pelo poder romano, construídas sob as suas indicações, com características de origem claramente itálica (Catarineu, 2022: 610). Contudo, consideramos que estas cidades foram principalmente habitadas pela população indígena deslocada durante e no final das Guerras Celtibéricas, com exceção de Cabañeta (Burgo del Ebro) fundada durante a fase anterior, que parece ser definida como uma fundação urbana destinada a abrigar principalmente uma população proveniente da Península Itálica (Mínguez, 2014)

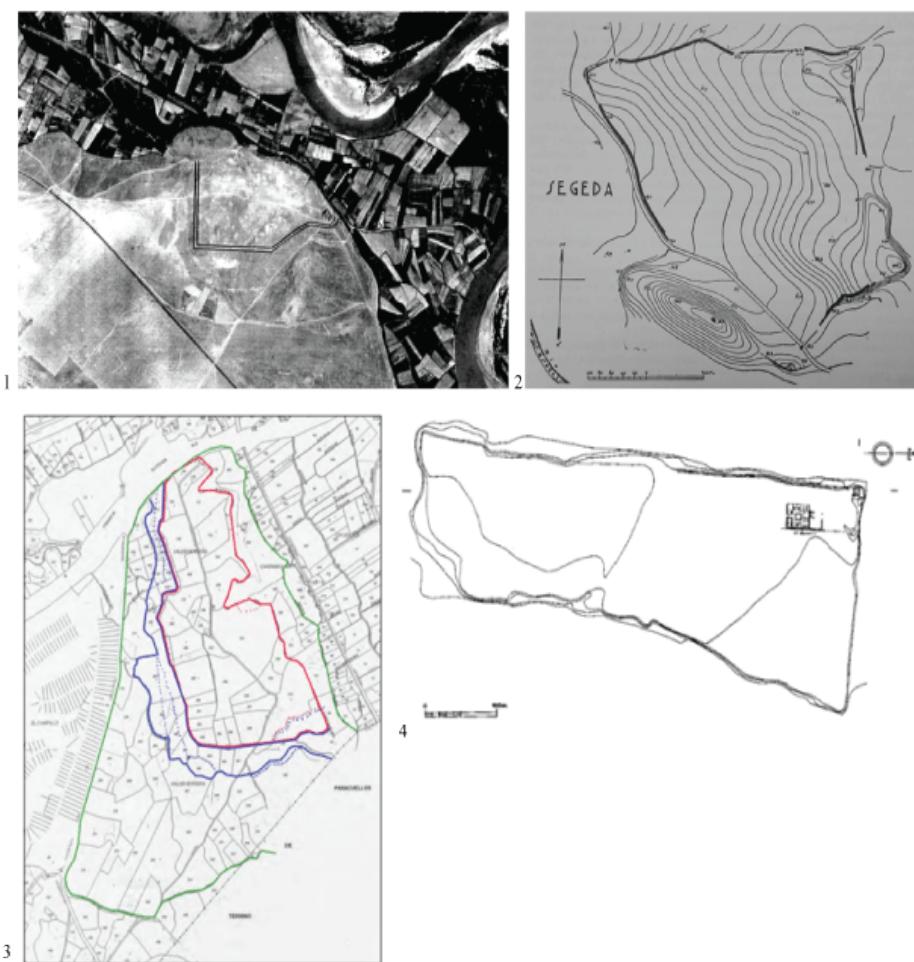


Figura 07: Plantas arqueológicas dos assentamentos identificados como fundações urbanas impulsionadas por Roma. 1. La Corona (Ferreruela; Mínguez, 2003: 255), 2. Segeda II (Schulten, 1933), 3. Valdeherrera (Martín Bueno; Sáenz, 2012: 13), 4. La Caridad (Vicente et al, 1989: 21).

Centros logísticos e de produção

O estudo do registo arqueológico permitiu também identificar núcleos com funções logísticas e produtivas especializadas na exploração e/ou trabalho de um material específico. No caso da *Citerior*, El Campet de la Sal (Cardona) e El Camp de les Lloses (Tona) foram documentados. Tanto o sal como o metal teriam sido produtos de grande valor para Roma e foram controlados e administrados num contexto administrativo e militar, razão pela qual os escavadoras propõem equiparar ambos os locais a *officinæ* e pontos de controle.

Torres de vigilância

Este tipo de pequenas construções, tanto circulares como quadrangulares, teria sido concebida para o controle estratégico do território circundante (Moret, 2004). As torres formaram provavelmente uma rede conjunta com o resto dos sítios de outras tipologias¹¹. Segundo alguns autores, seriam torres de vigia relacionadas com a vigilância dos eixos de comunicação relacionados com a estruturação das estradas no final do século II a.C. que podem ser vislumbradas no nordeste da *Citerior* (Noguera et al, 2014: 49). A sua atribuição romano-republicana e cronológica é complexa devido à falta de escavações e à reutilização destes espaços em períodos posteriores. Foi possível identificar as torres de Castell de Falgars (Beuda), Puig d'Àlia (Amer), Torrassa del Moro (Llinars del Vallès), Torre de la Mora (Sant Feliu de Buixalleu), Torre Cremada (Valdeltormo), Los Castellazos (Mediana de Aragón) e Castejón I (Aranda de Moncayo) (Catarineu, 2022: 616).

Temporários

Finalmente, também tem sido possível identificar uma série de assentamentos temporários, sejam acampamentos ou campos de batalha. Estes são sítios que foram documentados graças à presença de material de superfície, mas que não têm quaisquer elementos imóveis, ou porque não foram preservados ou porque não foram encontrados (Morillo, 2003). São assentamentos transitórios que provavelmente têm uma cronologia curta,

¹¹As fontes clássicas referem-se a dois tipos de torres, a *propugnaculis* e a *specula*. As primeiras abrigariam pequenas guarnições que seriam responsáveis pela comunicação e controle do território adjacente (Lívio, XXXII.19). Enquanto que as segundas teriam as funções de enviar sinais e vigiar áreas isoladas (Plínio, Nat. 35.48; Lívio, XXXII.19). No momento é impossível diferenciá-las arqueologicamente.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

ou seja, são rapidamente ocupados e também abandonados precipitadamente. Seriam feitos de materiais perecíveis, em muitos casos. No final destes conflitos, quando se atinge um momento de maior estabilidade, ocorrem grandes reformas com o estabelecimento de estruturas permanentes, quer no mesmo espaço, quer em outros próximos (Catarineu, 2022: 620-621). Alguns exemplos são: Aixalelles (Ascó), La Palma (L'Aldea), Serrat dels Espinyers (Isona), Tres Cales (Ametlla de Mar), Castellet de Banyoles (Tivissa), Cabezo de Alcalá (Azaila), Segeda I (Poyo de Mara), e o caso mais significativo, o cerco de Numancia (Garay). estão localizados em tempos de conflito, apresentando uma ocupação concentrada na Segunda Guerra Púnica ou nas guerras Sertoriana e Cesariana (Catarineu, 2022: 620-621).

Fases de conquista

Como indicado na introdução, uma das principais discrepâncias entre os investigadores da arqueologia militar na *Hispania Citerior* é a importância do exército no território, sugerindo que apenas momentos de conflito bélico (estresse bélico) identificam realmente a luta entre as populações indígenas (ibérica, celtibéricas) com as tropas da nova potência conquistadora que é Roma. De fato, o conflito será contínuo pela simples razão de que Roma não controlará nem as populações nem o território na sua totalidade durante quase todo o século II a.C. Portanto, o conflito será um processo dinâmico que terá períodos de guerra intensa combinados com outros de ocupação extensiva, e revoltas ocasionais. Assim, foi apenas no último quarto do século II a.C. que Roma pôde ser considerada como tendo um controle quase efetivo de toda a parte ocidental da província da *Hispania Citerior*. Para melhor compreender este processo, é útil rever a periodização desta conquista no século II a.C.:

202-195 a.C.: Substituição do poder púnico

Após o resultado da Segunda Guerra Púnica na Hispânia, com a vitória de Cipião Africano sobre os exércitos cartagineses, Roma emergiu como a única potência colonial na Hispânia. Desde o início, os aliados indígenas de Roma rebelaram-se porque não queriam submeter-se a outra potência colonial. Em 206 a.C. Cipião derrotou uma coligação dos Ilergetes e tribos vizinhas (Pol. 11.32; Liv. 28.24.3-4), e em 205 a.C. uma segunda revolta, liderada pelas mesmas tribos, foi derrotada mais no interior em território sedetano (Liv. 29.2.1-2). Todos estes conflitos tiveram lugar no NE da

península, em uma área que hoje sabemos que tinha baixa densidade populacional (ver figura 6), pelo que a resistência foi limitada contra as legiões romanas (De Soto; Carreras, 2022; Sinner; Carreras, 2019).

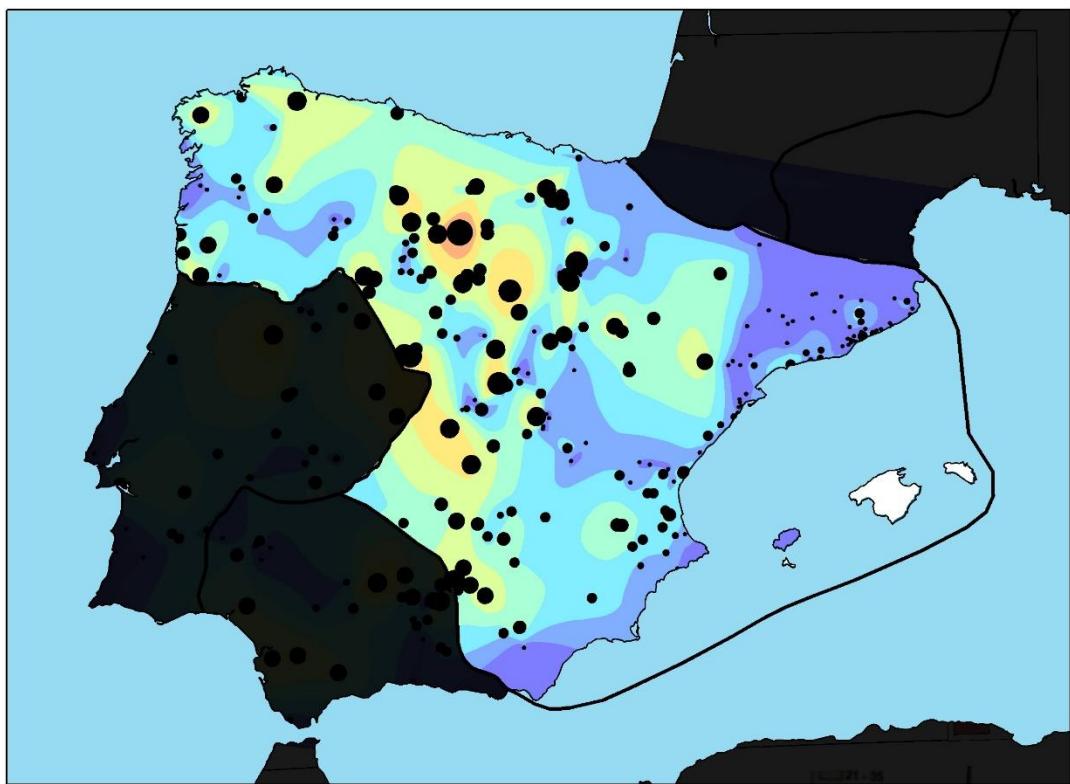


Figura 08: Densidade populacional ibérica e celtibérica na Hispania Citerior com base nas dimensões dos assentamentos (adaptado de De Soto; Carreras, 2022).

O ponto culminante desta primeira fase de rebeliões indígenas ocorre entre 197 e 195 a.C., como sugerido por Noguera et al (2014: 37-38), quando primeiro o governador da província, *C. Sempronio Tuditano*, morre num lugar incerto da província (Liv. 33.25.8-9), possivelmente no vale médio do Ebro, um lugar onde já tinham ocorrido anteriormente confrontos. A resposta romana foi enviar um exército consular em 195 a.C. sob o comando de *M. Porcio Catón*, que, após desembarcar e derrotar a coligação indígena em Empuries, levou a cabo uma rápida campanha através do território dos bargusios, sedetanos, ausetanos do Ebro e suesetanos (Liv. 34.20.1). Apesar das vitórias romanas, a situação permaneceu instável desde que, em 194 a.C., o pretor *Sex. Digicio* perdesse metade das suas tropas na província da Citerior (Liv. 35.1.1-2.).

195-178 a.C.: Expedições na Celtibéria

Entre 195 e 178 a.C., a penetração romana no interior tomou a forma de campanhas militares de verão, aproveitando a nomeação do novo governador como *C. Valerio Flaco* ou *Tiberio Sempronio Graco*. Estas foram incursões através do vale do Ebro e do Alto Duero Superior em áreas com tribos como os arévacos ou váceos com uma alta densidade populacional, portanto com uma maior capacidade militar. As campanhas terminaram com vitórias romanas e tratados com as populações indígenas, que foram difíceis de implementar. Estas foram incursões sem controle efetivo do território, uma vez que as tropas regressaram à costa no outono para passar o inverno nos seus acampamentos. Estas são campanhas militares complexas em que o teatro de operações fica a cerca de 400 km das áreas efetivamente controladas por Roma. Requerem um fornecimento complexo de tropas, razão pela qual são criadas rotas estáveis de penetração e algumas guarnições ao longo do caminho. Tiberio Semprônio Graco, governador da província em 178 a.C., modificou este padrão criando a primeira cidade romana no Alto Ebro - *Gracchurris* (Alfaro) - na antiga cidade arévaca de *Ilurcis*¹².

O trabalho de Tibério Semprônio Graco mudaria a relação com os povos celtibéricos no futuro, estabelecendo tratados regulados com obrigações tais como a proibição de construir novos muros, o pagamento de impostos ou a provisão de tropas auxiliares. Apiano (Iber. 43) descreve em pormenor o trabalho de Semprônio Graco:

Então vinte mil habitantes de Complega vieram ao acampamento de Graco com ramos de oliveira ao modo de suplicantes e, quando estavam perto, atacaram-no subitamente e causaram confusão. Este deixou habilmente o seu acampamento e fingiu fugir. Depois, virando-se, atacou-os enquanto dedicavam à pilhagem, matou a maioria deles e se apoderou de Complega e as aldeias vizinhas. Assentou as classes mais pobres e dividiu a terra entre elas. Fez tratados perfeitamente regulamentados com todos os povos desta área, com base no fato de que seriam aliados dos romanos. Ele deu e fez juramentos que seriam invocados, em muitas ocasiões, em guerras futuras. Devido a tais feitos, Graco tornou-se famoso na Ibéria e Roma e foi recompensado com um esplêndido triunfo.

¹²As escavações desta cidade têm fornecido apenas contextos do século II a.C., e não há sinais claros de planejamento urbano ou arquitetura de estilo itálico, mas sim continuidade com períodos anteriores.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

178-154 a.C.: Período de estabilidade

Durante duas décadas, a província gozou de um período de alguma estabilidade com poucos conflitos, que eram geralmente de baixa intensidade. O sistema de aliança de Tibério Semprônio Graco parece estar ainda em vigor, e a escassa presença de tropas romanas no interior também parece confirmar este período de estabilidade. Mas foi precisamente nesta altura que Roma começou a construir todo o tipo de estabelecimentos na costa e no NE da Citerior, reforçando o seu controle efetivo de toda esta faixa de terra e controlando os eixos de comunicação, seguindo uma política clarividente que permitiria o movimento de tropas e abastecimentos em tempos de crise. Por conseguinte, este período de estabilidade coincidiu com um pico na construção de infraestruturas militares em todo o território ocupado e pacificado, tais como fortés, *oppida* reforçados e torres.

Para compreender as limitações da atividade militar na província, há que ter em conta que entre 197 e 154 a.C., o número médio de tropas na *Hispania Citerior* era de cerca de 15.000 efetivos (Solana, 1998; Sinner; Carreras, 2019), que incluía 1 legião e 2.150 soldados de infantaria, 2.750 *socii* e os restantes auxiliares indígenas, como indica Lívio (39.38.3) em relação às tropas do pretor *A. Terencio Varro*. Com este número limitado de tropas, era preferível mantê-las concentradas e não distribuir por todo um amplo território.

154-133 a.C.: Guerras celtibéricas

Após duas décadas de uma certa estabilidade, em 154 a.C. as chamadas guerras celtibéricas eclodiram após a construção de um novo muro em *Segeda* (Olesti, 2014: 61-112). Segundo os tratados assinados no tempo de Tibério Semprônio Graco, isto era proibido, como descreve Apiano (Iber. 44):

Esta cidade forçou outras cidades mais pequenas a estabelecerem-se ao seu lado; rodeou-se de muros de cerca de quarenta estádios em circunferência e também forçou os Titos, outra tribo limítrofe, a juntarem-se a ela. Ao ouvir isto, o senado proibiu que a muralha foi levantada, exigiu-lhes a homenagem estipulada no tempo de Graco, e ordenou-lhes que fornecessem certos contingentes de tropas para os romanos. Este último, de fato, também foi acordado nos tratados. Os habitantes de Segeda, em relação à muralha, responderam que Graco tinha proibido a fundação de novas cidades, mas não a fortificação das já existentes. Quanto ao tributo e às tropas mercenárias, disseram que tinham sido dispensados pelos próprios romanos depois de Graco. A realidade era que estavam isentos, mas o senado concedeu sempre estes privilégios, acrescentando

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

que permaneceriam em vigor enquanto o senado e o povo romano assim o decidissem.

O conflito alastrou a diferentes tribos, tais como os arévacos, que reuniram a população de Segeda. Embora as fontes não sejam muito precisas, os recursos humanos celtibéricos foram importantes, dada a elevada densidade populacional de toda a região (ver Figura 8). Como Apiano explica (Iber. 45), Roma enviou numerosas tropas, e no entanto o conflito começou com grandes derrotas:

Assim, Nobilior foi enviado contra eles com um exército de trinta mil homens. Os segedanos, quando ouviram falar da sua chegada próxima e ainda não tinham terminado de construir a muralha, fugiram para as arévacos com os seus filhos e esposas e imploraram-lhes que os acolhessem. Estes últimos fizeram-no e escolheram como seu general um segedano chamado Caro, que era considerado como um homem guerreiro. Nos três dias seguintes à sua eleição, estacionando vinte mil soldados de infantaria e cinco mil cavaleiros em uma mata, atacou os romanos à medida que estes passavam. Embora a batalha se tenha revelado incerta durante muito tempo, ele conseguiu matar seis mil romanos e ganhou um triunfo brilhante. Tão grande foi o desastre que se abateu sobre Roma.

Grande parte do conflito envolveu o cerco de *oppida* indígenas pelas tropas romanas, normalmente limitado ao período de verão, e um regresso aos campos costeiros para o inverno¹³. A única diferença em relação ao período anterior (195-178 a.C.) era que o exército romano possuía uma infraestrutura mínima de estradas, fortões, *oppida* fortificados e torres¹⁴ que lhe permitiam manter o território do NE e facilitar o abastecimento do cenário de batalha. Para além do cerco de *Segeda*, o conflito centrou-se na conquista de outras *oppida*, incluindo *Numantia*, como um símbolo da resistência celtibérica. As guerras celtibéricas levaram a um aumento significativo das tropas destinadas à província, como relatam Lívio e Apiano, e como Solana (1998) foi capaz de analisar. De fato, as tropas romanas atingiram 40.000 efetivos durante estas guerras (Sinner; Carreras, 2019: fig. 7.9) (ver figura 9).

¹³Só temos provas de que Nobilior em 153 a.C. (Apiano, Iber. 46) decidiu passar o inverno cercando a cidade de Numantia com resultados desastrosos para as suas tropas, que morreram em parte devido ao frio - já que dormiam em tendas - e à má alimentação.

¹⁴Estas infraestruturas teriam sido formadas conjunta e simultaneamente, como evidenciado pela proximidade entre a rede rodoviária e a rede de sítios que surgiram durante o século II a.C.

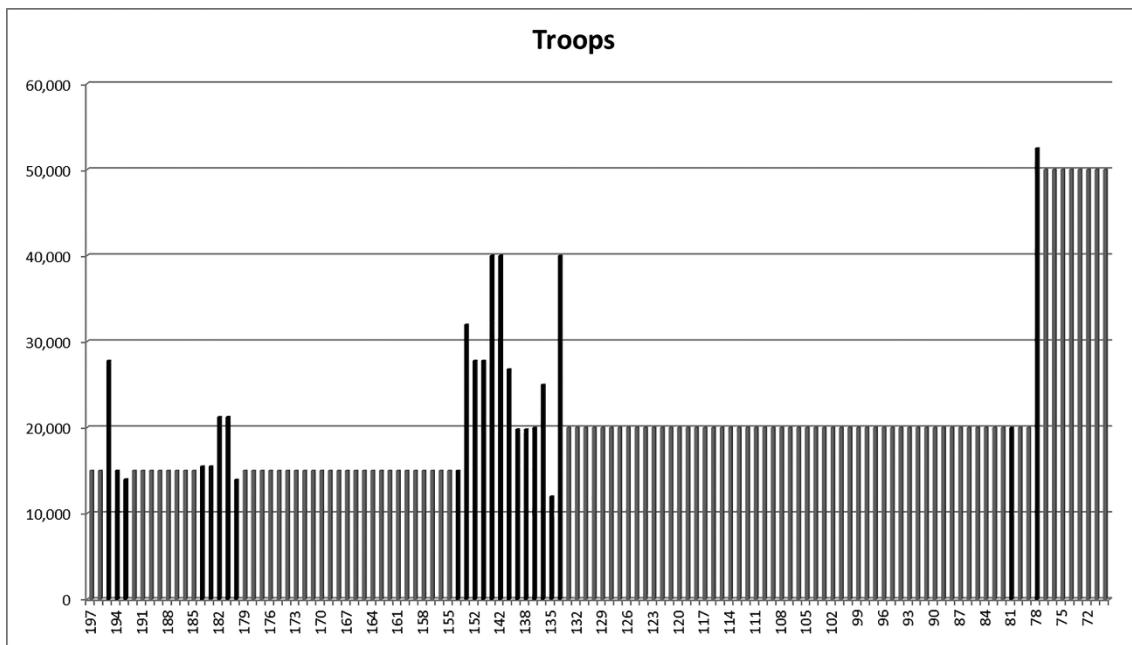


Figura 09: Forças militares romanas na *Hispania Citerior* na época republicana (197-73 a.C.). Em preto, os números extraídos de fontes clássicas, enquanto que em cinza são as projeções baseadas nestes números.

Especificamente, nas guerras celtibéricas, o número de tropas atingiu a cifra de 40.000 soldados, dos quais 30.000 eram de origem romana e itálica, enquanto 10.000 eram auxiliares (Apiano, Iber. 84; 89; 95-97). As fontes indicam também as dificuldades no recrutamento de soldados para abastecer as legiões, dada a gravidade do conflito. Em nível arqueológico, para além do aumento do número de fortalezas, *oppida* reforçadas e torres, estão documentados alguns campos de cerco temporários, tais como os encontrados ao redor de *Segeda*, *Numantia* ou El Cabezo de Alcalá (Jiménez et al, 2020; Morales; Morillo, 2020; Schulten; Wulff, 2004). Desenvolveram-se também centros urbanos na costa, tais como *Tarraco* e *Empuries*, que se tornaram locais de recrutamento de auxiliares indígenas (Castanyer et al, 2015), e desenvolveram-se centros administrativos ligados à logística militar da retaguarda.

Pós 133 a.C.: Estabelecimento de populações

Após a derrota dos numantinos em 133 a.C., as guerras celtibéricas chegaram ao fim e com elas começou um novo período de tratados entre Roma e as populações indígenas, semelhante ao período de estabilidade (178-154 a.C.). Uma das diferenças em relação a este período é que a construção de fortés, *oppida* reforçados ou torres ligadas à rede de

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

transportes era limitada, e em seu lugar as cidades eram fundadas na planície. Com a única exceção de Cabañeta - possivelmente *Castra Aelia* (Burgo del Ebro), onde a população parece ser basicamente itálica, o resto são assentamentos urbanos com um reassentamento da população indígena (La Caridad, Iesso, La Corona, Segeda II, Valdeherrera) num território interior no vale médio dos rios Ebro e Segre. Portanto, a presença efetiva de Roma e o seu controle territorial afetou principalmente o vale médio do Ebro, onde alguns fortes e torres também foram abandonados, uma vez que a sua função de controlar as rotas terrestres já não fazia sentido. A fundação da Gália Transalpina (125 a.C.) foi ligada à construção de estradas na *Hispania Citerior* (Noguera et al, 2014: 40), embora a maioria delas data de muito antes. Claro que ambas as redes rodoviárias estavam ligadas uma à outra, uma vez que atravessam a fronteira provincial.

Outro acontecimento importante deste período foi a chegada dos cimbros em 102 a.C. Após a vitória de uma coligação de povos germânicos em *Arausio* sobre os romanos em 104 a.C., que resultou na perda de 80.000 soldados romanos, um destes povos - os cimbros - decidiu atravessar os Pireneus. De acordo com as fontes (Lívio, *Periocas*: 67), os cimbros vaguearam pela província de *Hispania Citerior* durante o ano de 102 a.C. até serem expulsos pelos celtibéricos. Arqueologicamente, o local através do qual os cimbros atravessaram os Pireneus é desconhecido, e nenhuma das cidades recentemente fundadas nos vales médios do Ebro e Segre mostra sinais de destruição datáveis até este momento (102 a.C.)¹⁵. Não se sabe se evitaram este território já controlado pelo poder romano, mas é certo que foram os celtibéricos e não os romanos que expulsaram os cimbros da província, o que mostra que o Vale do Alto Ebro continuou a ser um território autônomo fora do controle militar estritamente romano¹⁶.

¹⁵Alguns pesquisadores relacionaram as invasões cimbras com a quantidade de tesouros no vale do Ebro e no nordeste da Hispânia, o que poderia indicar a incerteza que estas migrações produziam sobre as populações locais. Este é o caso das ocultações monetárias documentadas em El Camp de les Lloses; Puig d'Àlia, em Molí de Can Ribes (perto de Puig del Castell de Cànores i Samalús); em Cabezo de Alcalá (Estrada e Villaronga, 1967; Beltrán Lloris, 1976; Sinner, 2014; Padrós e Amat, 2018).

¹⁶A penetração dos cimbros através dos Pireneus (Liv. Per. LXVII; App. Iber. XCIX) provocou um confronto com os celtibéricos. Acredita-se que a defesa contra os cimbros estaria nas mãos dos auxiliares locais, de modo que o avanço dos povos germânicos teria reunido as forças dos Belos, Titos, Ilergetes, Suesetanos, Oscenses, Sedetanos e Ausetanos (Roldán; Wulff, 2001: 193; Sánchez Moreno, 2017: 61-64).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

Conclusões

Ao longo destas páginas intentamos mostrar como a conquista da Hispânia foi o resultado de um longo processo que durou quase dois séculos, e de uma grande complexidade no seu desenvolvimento que denota as dificuldades que as autoridades romanas tiveram que enfrentar para conseguir um controle efetivo dos territórios hispano. Acreditamos que é particularmente revelador compreender e analisar o primeiro século da conquista, pois em contraste com a visão simplificada deste período que tinha sido mantida até algumas décadas atrás, resultado do silêncio de autores antigos e do desconhecimento arqueológico, está emergindo uma realidade que é constituída por uma multiplicidade de estratégias utilizadas pelas autoridades romanas para conseguir um controle efetivo dos povos e territórios que Roma pretendia ter sob a sua autoridade como uma potência incontestada no Mediterrâneo ocidental.

A grande variedade de tipologias de assentamentos identificados mostra a diversidade de estratégias adotadas pelo exército romano, de acordo com as contingências do momento. O exército não só se limitou a ser uma força de ocupação coerciva, mas também desenvolveu uma vasta gama de funções para cobrir as necessidades logísticas, administrativas, econômicas e residenciais geradas pela conquista, que deixaram diferentes rastros detectáveis nos vestígios arqueológicos. A característica mais interessante que podemos destacar de uma análise cuidadosa dos dados arqueológicos é que nem toda a atividade militar estava estreitamente ligada à frente de guerra, mas que o exército também desenvolveu múltiplas outras funções no território que lhe permitiram estabelecer-se e criar uma infraestrutura inicial que seria fundamental para assegurar a sua sobrevivência durante os períodos mais conflituosos e que mais tarde seria a base sobre a qual construiria o novo projeto provincial.

Podemos considerar, não somos os primeiros a dizer, que Roma utilizou a Península Ibérica, e especialmente o nordeste da península, como um território onde experimentou e testou um conjunto de estratégias que mais tarde aplicaria ao resto das províncias que se encontravam sob a sua esfera de influência. Os conflitos prolongados com os ibéricos e celtibéricos obrigaram os exércitos a permanecer em campanha durante longos períodos, o que representou um desafio logístico que obrigou Roma a desenvolver novas formas de organização. A experiência que Roma adquiriu nesta altura com a exploração, controle e organização da Península Ibérica permitiu criar e estruturar a política militar e logística que seria utilizada durante o apogeu do Império (Knapp, 1977: 143).

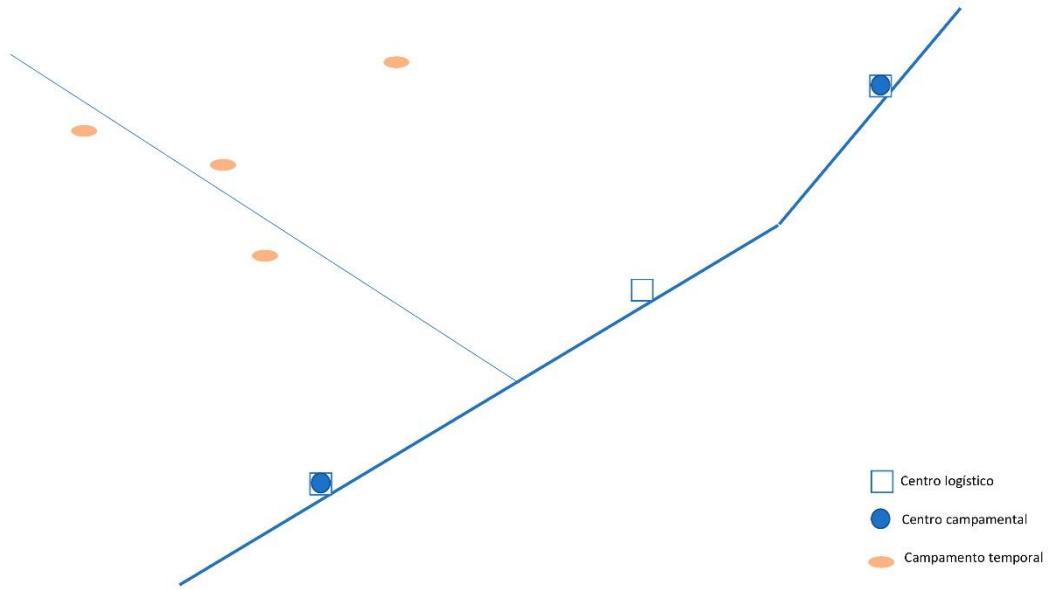


Figura 10: Esboço da estratégia romana de conquista no período 195-178 a.C.

Assim, pudemos definir o primeiro século da conquista da Península Ibérica como um "laboratório de experimentação" no qual o exército romano teve que enfrentar e ultrapassar múltiplos obstáculos, tais como o fato de na maioria dos grandes conflitos que tiveram de enfrentar (ver figura 10), os campos de batalha estarem longe da costa e por isso era de importância vital assegurar as linhas de comunicação com a frente para garantir um movimento seguro das tropas desde a costa, onde as bases estáveis estavam localizadas, até a frente de batalha.

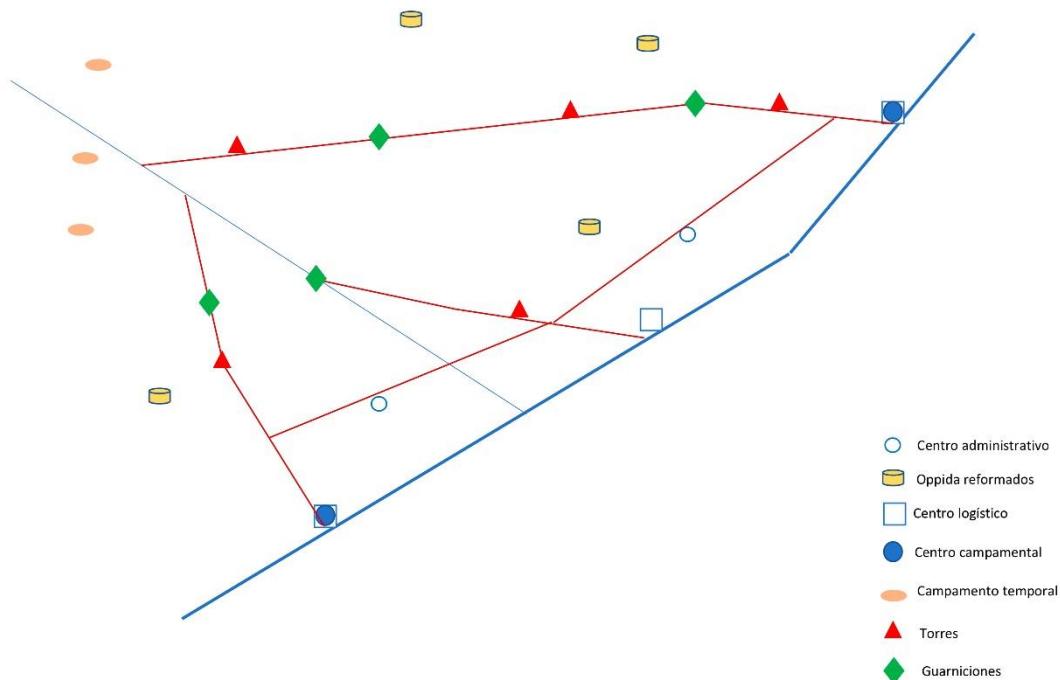


Figura 11: Diagrama da rede de assentamentos interligados do período 178-133 a.C.

A fim de atingir este objetivo, Roma criou uma linha de povoações *ex novo* com características e funções diversas (fortes, torres de defesa, centros logísticos) para assegurar o controle de toda a área da retaguarda. A colaboração das populações indígenas foi também assegurada através de pactos e, quando considerado necessário, pela instalação de guarnições no interior dos *oppida*. A partir dos dados que fornecemos, é evidente que foi formada uma rede de povoações interligadas, com diferentes funcionalidades, o que permitiu um maior controle e capacidade logística e administrativa (ver Figura 11). Esta rede foi gradualmente criada, não só durante períodos de conflito armado (os períodos definidos na historiografia como "estresse bélico") mas precisamente durante períodos de calma em que Roma podia dedicar-se mais calmamente a organização dos territórios sobre os quais, em princípio, já exercia um controle mais firme, mas nos quais também estabelecia guarnições e fortes para controlar as populações locais e assegurar vias de comunicação para o transporte e logística das tropas. Esta presença contínua e constante sobre o território como um todo, que pode ser vista a partir dos dados arqueológicos, e que é observada tanto em períodos de "estresse bélico" como em períodos aparentemente mais calmos, rompe com a imagem de um exército que só foi implantado eficazmente no território em tempos de conflito armado, de modo a que se veja um exército com uma presença mais incisiva sobre os

territórios conquistados, e no qual se implantou uma multiplicidade de funções para assegurar o seu controle.

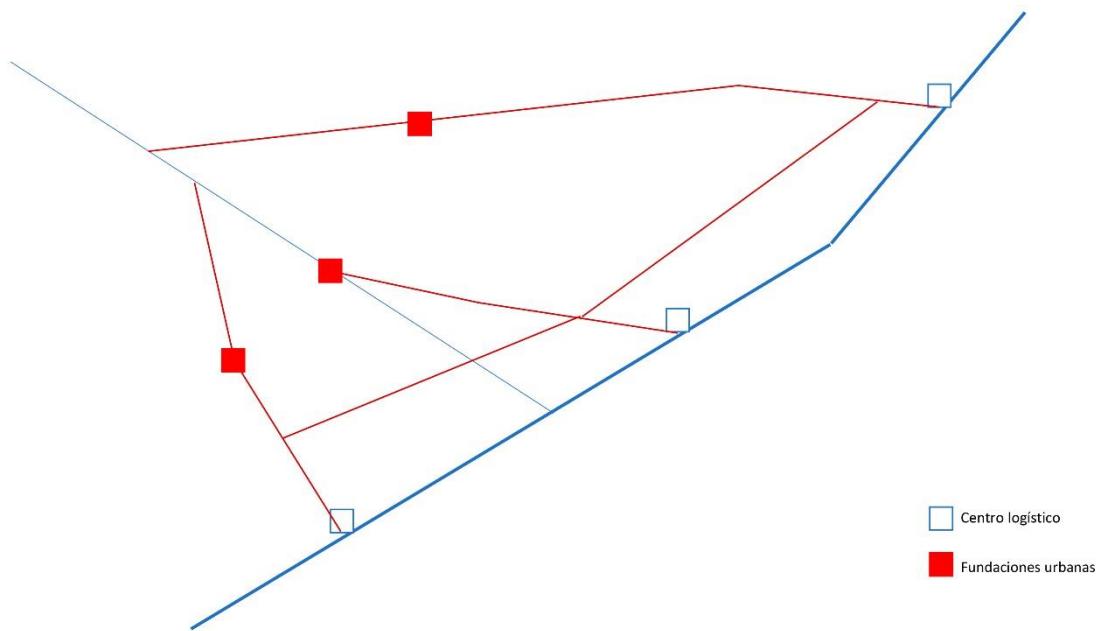


Figura 12: Diagrama de consolidação romana com fundações urbanas pós 133 a.C.

Pode-se ver como a implantação militar romana ao longo do século II a.C. transformou a região durante este período, criando gradualmente uma paisagem militarizada, pelo menos durante este século, até que a situação mudou entre o final do século II e o início do século I a.C., quando Roma abandonou gradualmente a estratégia seguida até então baseada em uma ocupação militar rigorosa, e iniciou uma nova política territorial baseada na fundação de centros urbanos (ver Figura 12) como epicentro de uma nova organização das províncias incipientes.

Referências

ÁLVAREZ, R.; BATISTA, R.; MOLIST, N.; Y ROVIRA, J. *La muralla del bronce final i pepoca ibérica d'Olèrdola (Olèrdola. Alt Penedès), Fortificacions. La problemàtica de l'ibèric ple (segles IV-III a.C).* Simposi Internacional d'Arqueologia Ibèrica. Manresa: Centre d'Estudis del Bages, 1991, p. 153-158.

ANTEQUERA, F.; VAZQUEZ, D. *Memòria de la intervención arqueológica preventiva en les obres de construcción del Projecte d'aparcament subterrani de l'Illa Fradera (Badalona, Barcelonès).* Servei d'Arqueologia i Paleontologia,

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 108-138.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15477

Generalitat de Catalunya, memoria inédita, 2010.

BELTRÁN LLORIS, M. *Arqueología e historia de las ciudades antiguas del Cabezo de Alcalá de Azaila (Teruel)*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1976.

BELTRÁN MARTÍNEZ, M. Las casas del poblado de Contrebia Belaisca. Planteamiento de problemas y estado de la cuestión. *La Casa Urbana Hispanorromana*. Zaragoza: Diputación de Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991, p. 181-202.

CADIOU, F. *Hibera in Terra Miles: Les armées romaines et la conquête de l'Hispanie sous la République (218-45 av. J.-C.)*. Madrid: Bibliothèque de la Casa de Velazquez 38, 2008.

CADIOU, F. *Praesidia et castella dans les sources*. *Revista d'Arqueología de Ponent* 25, 2015, p. 231-243.

CASAS GENOVER, J.; NOLLA, J.M.; PALAHÍ, L.; VIVÓ, D.; SOLER FUSTÉ, V. 2015. Mas Gusó; una *statio* romana al *suburbium* d'*Emporiae* (Provincia Hispaniae Citerior). *Revista d'Arqueología de Ponent* 25, 2015, p. 245-262.

CASTANYER, P., M. SANTOS; J. TREMOLEDA. Una nueva fortificación de época republicana en Empúries. Una base militar para la conquista de Hispania. In: BENDALA, M. (ed.) *Los Escipiones. Roma conquista Hispania*. Alcalá de Henares: Museu Arqueológico Regional. 2015, p. 107-128.

CATARINEU, L. *Topografía y arqueología del conflicto en el noreste de la Hispania Citerior y valle medio del Ebro durante las primeras fases de la ocupación romana (218-75 a.C.)*. Tesis Doctoral, Universidad Autónoma de Barcelona, 2022.

DE SOTO, P.; CARRERAS, C. The economic and social evolution of the Iberian Peninsula as revealed through the analysis of Roman transport infrastructure. In: BRUGHMANS, T.; WILSON, A. (eds). *Simulating Roman economies: Theories, Methods and Computational Models*. Oxford: Oxford Roman Economy, 2022, p. 248-275.

DÍAZ, M. El castellum de Puigpelat: un punt estratègic de control territorial a l'entorn de la Tarraco republicana. In: PREVOSTI, M.; LÓPEZ, J.; GUITART, J. (eds.). *Ager Tarracensis. Paisatge, poblament, cultura material*. Actes del Simposi Internacional. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2013, p. 355-365.

DOBSON, M. *The Army of the Roman Republic. The second century BC. Polybius and the camps at Numantia, Spain*. Oxford: Osbow Boks, 2008.

ESTRADA, J.; VILLARONGA, L. La Lauro moneta y los hallazgos de Cànoves. *Ampurias* XXVIII, 1967, p. 135-191.

FERRERUELA, A.; MÍNGUEZ, J.A. Dos modelos de implantación urbana romanorrepública en el valle medio del Ebro: las ciudades de La Cabañeta y la Corona. *Archivo Español Arqueología*, 76, 2003, p. 247-262.

GARCIA, M. *Conjunts ceràmics dels segles II-I a.C. a Tarragona: Producció, comerç i consum a la Tarraco republicana*. Tesis inédita (URV). Tarragona, 2013.

GENERA, M. Sant Miquel de Vinebre (Vinebre, Ribera d'Ebre): els darrers vestigis ibèrics a la part final de l'Ebre. *Tribuna d'Arqueología* 1992-1993, 1994, p. 85-94.

JIMÉNEZ, A. et al. Renewed work at the Roman camps at Renieblas near Numantia (2nd-1st c. BCE). *Journal of Roman Archaeology* 33, 2020, p. 5-34.

KNAPP, R. C. Aspects of the Roman Experience In Iberia 206-100 BC. *Anejos de Hispania Antiqua* 9. Valladolid: Universidad de Valladolid-Colegio Universitario de Álava, 1977.

MARTÍN MENÉNDEZ, A. Intervencions arqueològiques a Ca l'Arnau-Can Mateu (Cabrera de Mar, Maresme), 1997-1998. *Actes de les Jornades d'Arqueologia*, 2004, p. 376-407.

MARTÍN BUENO, M.; SÁENZ PRECIADO, C. (eds.). *Modelos edilicios y prototipos en la monumentalización de las ciudades en Hispania*. Monografías Arqueológicas 49. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2012.

MINGUEZ, J.A. La ciudad romanorrepública de La Cabañeta (El Burgo de Ebro, Zaragoza) y la implantación de los modelos arquitectónicos itálicos en el valle medio del Ebro. In: ÁLVAREZ, J.M.; NOGALES, T.; RODÀ, I. *Actas del XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica. vol. II. 1679-1682*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2014.

MORALES, F.; MORILLO, A. New considerations on Renieblas Camp III (Soria): Nobilior's or Scipio's castra? *CUPAUAM*, 46, 2020, p. 187-214.

MORERA, J.; OLLER, J. Memòria de les intervencions arqueològiques al Castellot de Bolvir, Any 2015. *Servei d'Arqueologia I Paleontologia, Generalitat de Catalunya*, memòria inédita, 2015.

MORET, P. Tours de guet, maisons à tour et petits établissements fortifiés de l'Hispanie républicaine: l'apport des sources littéraires. In: MORET, P.; CHAPA, T. (eds.) *Torres, atalayas y cases fortificades. Explotación y control del territorio en Hispania (s. III a. de C.-s. I d. de C).* Jaén: Casa de Velázquez Universidad de Jaén. 2004, p. 13-29.

MORILLO, A. Los establecimientos militares temporales: conquista y defensa del territorio en la Hispania republicana. In: MORILL, Á.; CADIOU, F.; HOURCADE, D. (eds.). *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto: (espacios urbanos y rurales, municipales y provinciales):* coloquio celebrado en la Casa de Velázquez (19 y 20 de marzo de 2001). León-Madrid: Casa de Velázquez, 2003, p. 42-80.

MORILLO, A. Campamentos y fortificaciones tardorepublicanas en Hispania. Una línea de investigación en arqueología militar romana. In: PERA, J.; VIDAL, J. (eds). *Fortificaciones y Control del Territorio en la Hispania Republicana.* Zaragoza: Pórtico, 2012, p. 1-51.

NOGUERA, J.; PRINCIPAL, J.; ÑACO DEL HOYO, T. La actividad militar y la problemática de su reflejo arqueológico: el caso del Noreste de la Citerior (218-45 a.C.). In: CADIOU, F.; NAVARRO, M. (eds.). *La Guerre et ses traces. Conflicts et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. a.C.).* 31-56. Ausonius Memoires 37. Bordeaux: Ausonius Maison de l'Archéologie, 2014, p. 31-56.

OLESTI, O. *Paisajes de la Hispania romana. La explotación de los territorios del Imperio.* Barcelona, 2014.

PADRÓS, C.; AMAT, A. La torre romana de Puig d'Àlia i les seves fases prèvies: resultats de les campanyes 2016-2017 (Amer, La Selva). In: LLINÀS, J. (ed.), *Catorzenes Jornades d'Arqueologia de les Comarques de Girona.* Girona, 2018, p. 189-196.

PALAHÍ, L. *El suburbium de Gerunda. Evolució històrica del Pla de Girona en època romana.* Tesis Doctoral inèdita, Girona: Universitat de Girona, 2013.

PERA, J., E. RODRIGO, N. ROMANÍ; C. CARRERAS. Puig Castellar de Biosca (Lleida). Una fortificación romana del siglo II a.C. en el noreste de la Hispania Citerior. *Gladius*, 39, 2019, p. 19-43.

PRINCIPAL, J.; CAMAÑES, P.; PADRÓ, C. Un edifici singular al *castellum* romanorepublicà de Monteró 1 (Camarasa, la Noguera), i l'urbanisme complex d'un post avançat del nord-est de la Citerior. *Revista d'Arqueologia de Ponent* 25, 2015, p. 309-325.

REDDE, M. Les camps militaires républicains et augustéens: paradigmes et réalités archéologiques. *Saldvie* 8, 2008, p. 61-71.

RICHARDSON, J. S. *Hispaniae: Spain and the development of Roman imperialism, 218-82 BC*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

RODRIGO, E.; GARCIA, G.; MERCADO, M.; GUIART, J. El jaciment de Can Tacó (Montmeló i Montornès del Vallès), i els inicis de la presència romana al territori laierà en època republicana. In: PREVOSTI, M.; LÓPEZ, J.; GUITART, J. (eds.). *Ager Tarracensis. Paisatge, poblament, cultura material. Actes del Simposi Internacional*. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2013, p. 217-229.

RODRIGO, E.; CARRERAS, C.; PORCCHEDU, V. Marques africanes i ròdies de Can Tacó, Barcelone (Catalunya). *Pyrenae* 46 (2), 2015, p. 35-47.

ROLDÁN, J. M.; WULFF, F. *Historia de España: Císterior y Ulterior. Las provincias romanas de Hispania en la era republicana*, Historia de España. Colección Fundamentos nº 177. Madrid, 2001.

SÁNCHEZ MORENO, E. Las Guerras Celtíberico-Lusitanas (114-93 a.C.) y su dimensión geopolítica. In: PRINCIPAL PONCE, J.; ÑACO DEL HOYO, T.; DURAN, M.; MESTRES, I. (eds.), *Roma en la Península Ibérica presertoriana. Escenarios de implantación militar provincial*. Universitat de Barcelona, Collecció Instrumenta 56, 2017, p. 59-78.

SCHULTEN, A. *Segeda, Homenagem a Martins Sarmento*. Guimaraes, 1933, p. 373-375.

SCHULTEN, A.; WULFF, F. *Historia de Numancia*. Pamplona:Urgoiti editores, 2004.

SINNER, A. La difusión de las emisiones ibéricas layetanas. *Saguntum* 45, 2014, p. 171-185.

SINNER, A.; CARRERAS, C. Methods of palaeodemography: The case of the Iberian oppida and Roman cities in the North-East Spain. *Oxford Journal of Archaeology* 38 (3), 2019, p. 302-324.

SOLANA, J. M. Ensayo demográfico de los años 155/133 a.C. según los datos de las fuentes escritas. In: MANGAS, J. (ed.), *Hispania e Italia en la crisis de la República de Roma*, Actas del III Congreso Hispano-Italiano (Toledo 20-24 de septiembre de 1993). Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Editorial Complutense, 1998, p. 9-32.

TREMOLEDA, J.; SANTOS, M.; CASTANYER, P. Una nova fortificació d'e`poca republicana a Empúries. Una base militar per a la conquesta d'Hispani. *Annals de l'Institut d'Estudis Empordanesos* 47, 2016, p. 47-74.

VICENTE, J.D.; PUNTER, M.P.; MARTÍN, J.; HERCE, A.I.; ESCRICHE, C. Un pavimento de *opus signinum* con epígrafe ibérico. *Mosaicos romanos. Actas de la I Mesa Redonda Hispano-Francesa sobre mosaicos romanos*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1989, p. 11-41.